

ESQUERDA : QUE PROJECTO PARA PORTUGAL ?

ANTÓNIO FONSECA FERREIRA *

1. As naturais dificuldades de um processo de transformação da sociedade, e os erros acumulados pelas forças de esquerda em Portugal, durante os últimos cinco anos, propiciaram a recuperação do poder político pelos partidos conservadores em Dezembro passado.

Entretanto, três meses de Governo da coligação de direita vieram demonstrar a inviabilidade de esta exercer o poder dentro dos limites da democracia política.

OS RESULTADOS ELEITORAIS

2. Os resultados das últimas eleições legislativas e autárquicas expressam, a nosso ver, a conjugação de diversos factores.

Em primeiro lugar, a efectiva incapacidade dos partidos e forças de esquerda para, a par da institucionalização (precária) de um regime de liberdades políticas, impulsionarem uma democracia económica e social, resolutive das carencias fundamentais (saúde, equilíbrio e independência alimentar, habitação, educação, infra-estruturas rurais, etc.) do povo português.

Sucessivas promessas não cumpridas e uma quebra acentuada do poder de compra geraram profundo e generalizado mal-estar, particularmente no seio dos estratos da pequena e média burguesia urbanas.

Por outro lado o comportamento cívico, político e ideológico, das forças de esquerda, nestes anos após a libertação de Abril, são inaceitáveis e dificilmente compreensíveis pela generalidade dos cidadãos.

Em 1975, foi a ocupação despudorada pelo PC do aparelho de Estado, com particular realce para os órgãos de comunicação social; Aí, como em muitas empresas, a actuação sectária dos seus militantes e alguns quadros responsáveis, deixou marcas de difícil eliminação.

Esta situação, aliada ao revolucionarismo verbalista, estéril e culturalmente agressivo, dos diversos grupos que se reclamavam do socialismo, criou, objectivamente, as condições para a inflexão do processo de transformações que a movimentação social impulsionara.

Em 1976/77, com o Partido Socialista no Governo, assistiu-se à distribuição clientelista de lugares, ao nepotismo, à entrega de ministérios e postos chave da Administração Pública a pessoas que nada tinham a ver com o espírito de Abril e as necessidades populares. Do PS ficou uma imagem de labirínticos jogos de corredor e salão, do poder encarado como uma ocupação de lugares e não do desempenho de funções, aqui e ali matizada pelo esforço voluntarista de alguns em introduzir reformas sectoriais inviabilizadas pelas ambiguidades e desnaturados compromissos (Plano Manuela Silva, SNS, etc.).

* Membro fundador do Centro de Estudos Socialistas (CES)



E que dizer da ausência de uma pedagogia política, relativamente ao regime fascista derrubado em 1974, ausência pela qual é responsável a esquerda no seu conjunto ? Neste quadro, fácil foi às forças representativas das classes possidentes, de agora e de antes do 25 de Abril, explorarem na última campanha eleitoral, de forma demagógica mas inteligente, a situação de dificuldades quotidianas e desencanto dos portugueses.

A direita

Realizou uma frágil mas oportuna unificação, ao nível político, e fez recurso às mais modernas técnicas da publicidade, no objectivo de aprofundar e juntar descontentamentos "servindo" aos eleitores os slogans aos quais os sabia receptivos. E foi claro que o voto de uma parte do eleitorado substanciou mais um voto contra a governação dos últimos anos do que um voto de convicção nas forças de direita.

A apresentação, ^{por estes} ~~por estas forças de direita~~, de uma potencial alternativa de Governo maioritário, ao contrário das forças de esquerda, que insistiram em fórmulas gastas e inviáveis (1), veio a revelar-se decisivo. A importância deste factor era politicamente evidente, perante a instabilidade governamental que o país viveu nos últimos anos, muitas vezes apresentada à população como consequência de executivos minoritários e, por outro lado, a apreensão das camadas médias, com peso decisivo na sociedade portuguesa, sobre um futuro carregado de incertezas, pela persistente crise económica nacional e internacional.

Outro factor determinante dos resultados eleitorais foi a intervenção activa e escandalosa na campanha da hierarquia da Igreja, ao lado das forças conservadoras.

As notas pastorais dos Bispos, cuidadosamente programadas e de acentuado carácter político, mais se assemelharam a notas de estados maiores partidários, com difusão distrital.

Finalmente, a apresentação ao sufrágio da esquerda dispersa por diversos agrupamentos, e sem qualquer acordo de desistências foi (como será no futuro) aritméticamente fatal. Com mais 300 000 votos que a direita, a esquerda ficou minoritária em mandatos parlamentares.

O (DES)GOVERNO E TOTALITARISMO DA DIREITA

3. Nas circunstâncias em que ocorreu a vitória das forças conservadoras, e com novas eleições a dez meses de horizonte, estas decisivas quanto à natureza futura do regime político e social, disponha a direita, aparentemente, de todos os trunfos para repetir a vitória, em Outubro próximo.

(1) Não avançando clarificadamente com a única hipótese viável e desejada pela esmagadora maioria da população: um executivo de Maria de Lourdes Pintasilgo que remodelasse, profundamente, o V Governo.



Duas condições essenciais, de não previsível verificação a curto prazo, nos pareciam indispensáveis para que tal não venha a suceder:



- a direita no governo fizesse muitas "asneiras";
- a esquerda consiga, dentro de uma nova prática, um relacionamento e posicionamento, que a creditem com uma alternativa de governo e atenda ao método de Hondt. Excluída está, claro, qualquer hipótese de unidade programática da esquerda, nos anos próximos.

4. Mesmo sem olvidar a fragilidade da burguesia portuguesa, a sua falta de experiência e "pendor" democráticos, o seu latente espírito revanchista, a sua débil estrutura económica e restrita base social, seria de esperar que, por razões tácticas, a coligação vencedora enveredasse, durante este período intercalar, por uma via política moderada, sem grandes afrontamentos, e tomasse medidas populistas, para manter e alargar o eleitorado em Outubro próximo.

A intenção de tal caminho trilhar foi mesmo proclamada em diversas ocasiões, durante a campanha e nos dias que se lhe seguiram, por alguns dos líderes da Aliança. Mas hoje, passados três meses de governo de direita, só por cinismo os senhores Pinto Balsemão ou Amaro da Costa poderão dizer (mas ninguém os acredita!) que a Aliança segue uma via de moderação, não revanchista e persecutória, de reconstrução da economia e do país.

Na política externa, balão de ensaio da estratégia do CDS, o Dr. Freitas do Amaral com latente salazarismo e britânica frieza empreendeu uma cruzada de alinhamento pelo mais cego e ultrapassado conservadorismo de cariz radicalista. A inserção de Portugal no mundo, de acordo com a nossa natureza, vocação históricas e interesses de hoje, são sacrificados, com vista à recuperação dos privilégios de classe, por uma minoria.

A recente posição do ministro angolano Lopo do Nascimento, sobre um possível corte de relações com Portugal, expressa elucidativamente os resultados desta política. É desencadeado um artificial e planificado afrontamento institucional, visando o desgaste político do General Eanes e do Conselho da Revolução, incómodos aos desígnios de poder pessoal de Sá Carneiro e revisão anticonstitucional (por referendo) da Constituição.

A partidarização e governamentalização desinformativa dos órgãos de comunicação social de massas, tem constituído um dos actos mais despudorados do executivo de Sá Carneiro.

Para alguns observadores surpreende que um profissional da informação, como Pinto Balsemão, reputado de liberal, participe, dê cobertura e tente justificar uma acção tão clara de manipulação e totalitária da comunicação social.

Na Administração sucedem-se os saneamentos políticos, a substituição de profissionais e funcionários competentes por mediocres apaniguados dos partidos no Governo, figuras de um passado cheio de provas de incapacidade e corrupção. O arbitrio e a

personalização interessada das decisões é o novo (velho) método da classe no poder. A coligação direitista tem revelado, além disso, uma patente incompetência e inabilidade na Administração e governação, com medidas que vão provocar um grande desequilíbrio orçamental e da balança de pagamentos, reequilibrada nos últimos anos com grande sacrifício para as condições de vida de largos estratos da população. O Ministro das Finanças, ao qual pela especificidade do cargo se exigia fôlego técnico, tem sido um paradigma dessa inabilidade, funcionando antes como uma espécie de ministro da propaganda eleitoral.

Repressão no Alentejo é o programa de "política agrícola" da AD. Os agricultores do Norte e do Centro continuam os eternos esquecidos, também deste Governo.



5. Medidas populares, mais ou menos eleitoralistas e demagógicas, poderão vir a ser tomadas por este Governo. Já foram anunciadas, e inteligentemente decidido um desagravamento fiscal beneficiando os médios e elevados rendimentos. No entanto, os desequilíbrios orçamentais têm os seus limites, e as compensações a que se tentará fazer recurso efeitos negativos (2).

E, essencialmente, este Governo estará sempre "preso" pelas exigências da clientela apoiante, contraditórias com as necessidades da recuperação produtiva e satisfação das carências populares.

A INVIABILIDADE DE A DIREITA GOVERNAR DEMOCRÁTICAMENTE

6. Como é que um dirigente como Freitas do Amaral destroi, em dois meses, uma imagem de moderação e de direita modernista, cuidadosamente construída ao longo de cinco anos ?

Recordar algumas realidades históricas contribuirá para compreender as razões profundas desta intolerante e perigosa actuação da direita que, chegada ao Governo, desta vez por via democrática, se revela incapaz de administrar a sociedade e exercer o poder, democraticamente.

É tradicional a dependência das élites dominantes nacionais relativamente aos centros de acumulação económica e de poder, internacionais. Frequentes alianças têm sido feitas contra os interesses nacionais, atingindo as classes populares e as fracções progressistas (em dado momento histórico) das próprias classes no poder. São exemplo flagrante desta constante histórica, as alianças, entre a nobreza senhorial indígena e a corte de Castela em finais do Séc. XIV, entre os grandes produtores de vinho e azeite nacionais e a nascente burguesia inglesa nos inícios de setecentos (3), entre as oligarquias financeiras e a burguesia internacional. de meados

(2) Os magros aumentos que se pretende impôr à Função Pública são de tal exemplo.

(3) Que conduziu ao entravamento da política industrialista do Conde da Ericeira, ao suicídio deste e ao Tratado de Methween, catastrófico para a economia nacional.

da década de sessenta até ao 25 de Abril de 1974. Estas alianças funcionaram sempre em favor dos estratos parasitários das classes dominantes, bloqueando o desenvolvimento produtivo e a formação de uma equilibrada sociedade civil, estruturando a nossa dependência externa de ontem e de hoje.

A base mercantil e o tradicional parasitismo da burguesia portuguesa não a habilitam para a transformação produtiva e a modernização da sociedade. Em recente artigo, neste mesmo jornal (4), escrevia Joaquim Mestre: "As burguesias mercantil, industrial e financeira portuguesas, nasceram e viveram desde sempre, à sombra do protecționismo estatal, da exploração dos vários monopólios coloniais, da reserva do mercado interno, do condicionamento industrial, da mão-de-obra barata, da inexistência de efectivo movimento sindical, dados estes que estão hoje completamente alterados."

7. Efectivamente, quer a situação interna quer as condições internacionais já não favorecem, hoje, o processo de acumulação de capital e a institucionalização retardada, de um estado de democracia burguesa. A profunda e persistente crise económica, ideológica e institucional, da sociedade capitalista internacional, conjugada com as transformações de estrutura (ainda que de superfície) da sociedade portuguesa depois de 25 de Abril de 1974, inviabilizam os sonhos dos principais líderes da Aliança. Não é por acaso que a direita considera a Constituição progressista da República como um obstáculo a derrubar, prioritariamente.
8. É patente a incapacidade revelada pelas classes dominantes, ao longo dos últimos cento e cinquenta anos, para realizarem a sua revolução democrático-burguesa. A última tentativa, a partir de 1968/69, teve Sá Carneiro como figura de proa. Significativamente, outras personalidades que o acompanharam na denominada ala liberal já não integram o bloco actualmente no poder, apresentando-se-lhe mesmo como oposição.

Nestes três meses de governo a direita demonstrou, pela sua prática, que as linhas de força dominantes na coligação correspondem às classes e interesses mais retrógrados da sociedade portuguesa. Que apontam directamente para o parasitismo e estagnação económica; para a ausência de reconversão produtiva; para a especulação fundiária, turística e mercantil; para o acentuar das carências básicas da população, o "atraso" social e tecnológico de Portugal.

O rumo do Governo é pautado pelo CDS que representa esses estratos de classe, marginalizando os sectores liberais do PPD, transitoriamente articulados ao carisma de Sá Carneiro, movendo-se este por uma incontida ambição de poder pessoal.

(4) "Uma Aliança viável e coerente?", in "O Jornal" de 25.1.80.



Os reformadores e monárquicos desempenharam uma "ponte ideológica" (modernização do Estado, qualidade de vida) importante nas últimas eleições, mas serão, mais tarde, afastados; o que não acontecerá, previsivelmente, antes de Outubro por razões de sobrevivência política.

9. A inviabilidade das forças de direita implantarem em Portugal um sistema de capitalismo liberal, com democracia política, proporciona condições favoráveis, e implica a responsabilização, para as forças de esquerda, na procura de uma alternativa consensual mas inovadora, de transformação da nossa sociedade. Um processo de resolução das carências fundamentais do povo, de modernização das estruturas produtivas, de libertação dos mecanismos económicos, sociais e culturais, da opressão capitalista, com a implantação de uma democracia avançada, na via socialista, em Portugal.

ESQUERDA : QUE PROJECTO DE TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE PORTUGUESA ?

10. A raptura política e social para que apontam a natureza e estratégia da direita, não beneficiaria, nas actuais condições de divisão da esquerda e inserção geoes-tratégica de Portugal, as forças progressistas.

O afastamento da AD do governo, e o exercício positivo, futuro, do poder pela esquerda passam, em nossa opinião, pela capacidade que esta demonstrar em elaborar e impulsionar um projecto de sociedade e modelo económico congregadores das diferentes classes e estratos sociais potencialmente apoiantes de um processo de transformação progressista da sociedade portuguesa, e do estabelecimento das necessárias mediações tácticas entre a diversidade das forças políticas e correntes ideológicas. E essa tarefa requiere alguns pressupostos de reflexão e de acção, que sinteticamente enunciamos, avançando com alguns tópicos de referência.

- a) Análise das actuações e erros da esquerda portuguesa num passado próximo, rico de experiências colectivas ao nível político, social e económico.

A análise e o debate colectivos das nossas realidades culturais e materiais, bem como dos processos históricos que as articulam, constitue um urgente e salutar exercício cívico e programático, criando pontes de diálogo entre as diversas correntes de pensamento e forças políticas.

Nos grandes aparelhos partidários este debate está condicionado pela lógica e solicitação do trabalho militante, de resistência ou conquista do poder, não havendo espaço e tempo para a preparação teórica e pedagógica do exercício do poder.

As reuniões, encontros, convenções ou congressos, pouco mais significam do que instrumentos e momentos orgânicos, de transmissão aos militantes das orientações e planos de tarefas, definidos por órgãos dirigentes e respectivos acessórios técnicos. O debate das propostas, a sua fundamentação e articulação com a realidade social e económica concretas, não é perspectivado, e o quotidiano da vida partidária (dos partidos que temos) é preenchida pelo tarefismo mais ou menos religioso, clubista, heroico ou desencantado.



Não tem sido melhor a contribuição da esquerda não tradicional para a elaboração e afirmação de um projecto alternativo de sociedade. Grupuscularizada e sectarizada, a sua actuação tem sido marcada por estéril voluntarismo ideológico, de agitação de "slogans" ou modelos idealistas, sem qualquer relação com as realidades sociais do país ou, então, pela tentativa da construção do "partido alternativo". Sem cuidar de outras tentativas, interessará citar os fracassos do MES e mais recentemente o da UEDS, frustrações de intervenção política, cultural e social, flagrantes. Sem um debate que ponha em confronto as diversas correntes de pensamento e organizações políticas da esquerda, articulado com as realidades e forças sociais, não haverá projecto exequível de transformação cultural, da sociedade, do Estado e das práticas quotidianas.

- b) A definição de um novo modelo de desenvolvimento económico e institucional que integre a participação criativa do povo e responda às suas aspirações materiais e culturais.

Torna-se cada vez mais imperioso aprofundar a democracia, descentralizar a nível económico, político, social e cultural. Articular a democracia representativa com a democracia directa e autogestionária. A crise dos modelos de desenvolvimento "clássicos", designadamente da que vem conhecendo a sociedade capitalista do lucro, do desperdício e das desigualdades, facilitam a tomada de consciência de amplos estratos sociais, sobre as mudanças necessárias, a criação de novos valores e formas de desenvolvimento que subordine o crescimento económico à satisfação das necessidades sociais e culturais. E não se diga que tal pertence ao domínio do utópico pois, ainda recentemente, entre nós, Maria de Lurdes Pintasilgo, enquanto primeiro-ministro, avançou com esta "proposta política", efémera e contraditória.

~~experimentada~~

experimentado

A nível internacional também é cada vez mais generalizada a aceitação tendencial destas teses e, infelizmente, nem sempre as forças políticas que representam a esquerda social tem estado na vanguarda da sua adopção.

Os desequilíbrios estruturais da economia portuguesa, herdados do fascismo, traduzidos num anacrónico aparelho produtivo, elevado déficite da balança alimentar e baixos níveis de consumo, constituem um problema complexo, a enfrentar com imaginação e não com velhas teorias escolásticas que fizeram a sua época em períodos expansionistas, e em favor de camadas restritas da sociedade.

Um exemplo de remédios de "rótulo trocado" foi o que os Governos (5) do PS

(5) A verdade é que esta política talvez nunca tenha sido definida e executada pelos Governos mas concebida pelo FMI e gerida pelo Banco de Portugal. Os ministros talvez pouco mais tenham sido do que agentes de justificação dessa política.

e Presidenciais aplicaram nos últimos anos; curou (temporariamente) o tumor do desequilíbrio da balança de transacções externas, mas debilitou e irritou o paciente. As políticas monetaristas, de restrição generalizada dos investimentos e salários, revelaram-se desastrosas para as classes trabalhadoras e para o Partido Socialista. Aquelas viram agravadas as suas dificuldades quotidianas, o PS perdeu o Governo (6).

A alternativa terá de ser uma politica selectiva de investimentos, de orientação da procura para os consumos sociais, de reconversão e modernização tecnológica das forças produtivas, por forma a atenuar as escandalosas desigualdades e não cavar mais o fosso que nos separa dos países evolucionados, ou seja não aumentar dependências externas. A construção civil constitui, entre nós, uma boa oportunidade: pela natureza social e económica dos seus produtos (habitações, escolas, hospitais, infraestruturas agro-pecuárias, industriais, rodoviárias, etc.); pela natureza da mão-de-obra (intensiva e não especializada); e pela não influência na balança externa, pois a sua componente importada (12-13%) é redutível e facilmente compensada com a exportação de bens e serviços do sector.

Muito mais haverá a dizer sobre as grandes opções estratégicas para a sociedade portuguesa. Tarefa que tem de assumir, no entanto, fundamentalmente, um carácter coletivo, em dialectica permanente com as realidades concretas que nos situam e envolvem.

PARA UMA INTERVENÇÃO FRUTUOSA NO PRÓXIMO PERÍODO ELEITORAL

11. A intervenção programática e ideológica que atrás preconizamos, de relação conflitual entre os diversos actores sociais e formações políticas constitui, em nossa opinião, a única metodologia para a criação e dinamização de um projecto estratégico de transformação socialista da formação portuguesa.

Entretanto, o aproximar de um decisivo período eleitoral impõe, pragmaticamente, que se definam as áreas e questões fundamentais de diálogo, as propostas, imediatas, com vista a encontrar as mediações do relacionamento político-social entre as forças interessadas em derrotar a direita e encetar um processo colectivo de transformações na sociedade portuguesa. Referiremos as que julgamos prioritárias.

12. Ao nível programático torna-se necessário definir um conjunto de reformas, de carácter económico e social, de âmbito global e sectorial, constituindo um conciso e operativo instrumento da melhoria das condições de vida dos trabalhadores, do campo e da cidade, solidificadoras de um bloco social transformador. Tais reformas

(6) Seria bom que sobre isto meditassem os estrategas do PS pois, em nosso entender, reside mais nesta questão a derrota de Dezembro passado, do que na falta de fôlego dos responsáveis da Comissão Técnica Eleitoral.



deverão incidir, essencialmente, nos seguintes domínios:

- Modernização do aparelho produtivo, agrícola e industrial e das estruturas dos Serviços, com profundas reconversões tecnológicas;
- Sectores e equipamentos com incidência directa nas condições de vida quotidianas, como o da Saúde (SNS), o da habitação, dos transportes e equipamentos colectivos;
- Criação das condições de democratização da formação escolar e profissional, de dinamização e descentralização cultural, como pressuposto indispensável ao desenvolvimento das liberdades e poder criativo do indivíduo e da colectividade. Neste domínio é urgente a implementação de um programa de apoio à cultura popular bem como a transformação dos diversos e poderosos órgãos de comunicação social estatizados, até agora simples instrumentos de poder e propaganda governamental, em instrumentos de formação cultural e cívica dos cidadãos;
- Regionalização e descentralização do poder político, da Administração Pública e dos meios financeiros, condições fundamentais, hoje, do desenvolvimento económico deste país "dualista", com grande criatividade popular.

13. Ao nível do governo e da sua estrutura - não basta a elaboração de um programa de governo, por mais perfeito que ele seja na sua forma e conteúdo. Como o objectivo fundamental é a sua execução, as experiências recentes da sociedade portuguesa, no campo da esquerda, obrigam à prévia garantia do cumprimento do programa, que se apresenta ao eleitorado.

Assim, a metodologia de formação do Governo, o seu conteúdo político e estrutura institucional, são questões fundamentais a equacionar e resolver, de forma transparente, antes das eleições.

Não será tanto a questão de competências técnicas (também o é, evidentemente) mas sim de fórmula política que integre as capacidades mediadoras do apoio social indispensável para governar.

14. Revisão constitucional - sendo uma das questões decisivas de configuração de regime e sociedade futuros, a revisão a efectuar pela Assembleia a eleger em Outubro próximo deverá, em nossa opinião, orientar-se em três sentidos: a) adaptações resultantes da finalização do período de transição, com aperfeiçoamento do sistema de relações entre órgãos de soberania, por forma a simplificar e garantir, a respectiva solidariedade; b) aprofundamento dos "aspectos socialistas" de organização do sistema económico e social; c) alargamento dos poderes e competências dos órgãos de participação popular na decisão e vida colectivas, ao nível da Administração, social, cultural e económico. As instituições deverão abrir-se ao povo trabalhador.

Como método torna-se imprescindível dinamizar o debate sobre tal revisão, ao nível partidário e popular, criando um consenso e impulso, das forças do país real, que se oponham a outros consensos e pressões, superestruturalmente pactuados.



15. Eleições Presidenciais - sendo previsível uma maioria parlamentar escassa para as forças de esquerda, em caso de vitória, significando uma divisão do eleitorado e do corpo social, é decisivo, para a governação ritmica e a aplicação das reformas modernizadoras da sociedade portuguesa, que o Presidente a eleger em Dezembro, com o apoio das forças de esquerda, alargue o bloco apoiante das transformações politicamente acordadas.

FRENTES E ARRANJOS ELEITORAIS

16. O parlamento, se encarado como órgão de representatividade actuante e permanente, como tribuna dos anseios e propostas populares, como instrumento da criação dos mecanismos legais propiciadores de transformações institucionais constitui uma via a utilizar pelas forças de esquerda, designadamente da esquerda socialista. E daí também a importância das próximas eleições legislativas. Mas mal vamos quando as eleições e o parlamento se transformam no principal e último objectivo dos arranjos que se perspectivam. Se as novas alianças que se esboçam, no campo do socialismo democrático, constituírem simples negócio de oportunidade eleitoral, de sobrevivência das organizações com sabor a operação de salvamento de navios em dificuldades, teremos, proximamente, uma esquadra afundada ! E a afirmação de uma via de transformações sociais e socialistas para Portugal, adiada por bons anos. Bem diferente é a proposta da esquerda socialista que atrás se esboça. Lançamo-la desde já, como repto, aqueles que teimam em reduzir as suas propostas e acções aos aspectos meramente formais, desprovidas de inovação, e aos que correm a aceitá-las sem questionar o seu conteúdo e alcance.

